

# Qualidade informativa do lucro líquido e do lucro abrangente

DOI: 10.4025/enfoque.v34i3.28183

## Layne Vitória Ferreira

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia e bacharelada em Ciências Contábeis pela mesma instituição.  
E-mail: lyvferreira@gmail.com

## Sirlei Lemes

Doutora em Controladoria e Contabilidade  
Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis  
Faculdade de Ciências Contábeis  
Universidade Federal de Uberlândia  
E-mail: sirlemes@uol.com.br

## Cristiano Augusto Borges Forti

Doutor em Finanças  
Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração - Mestrado Profissional  
Faculdade de Gestão e Negócios - UFU  
E-mail: crforti@gmail.com

Recebido em: 16.06.2015

Aceito em: 04.09.2015

2ª versão aceita em: 29.09.2015

## RESUMO

Uma das mudanças introduzidas com a adoção das IFRS no Brasil foi a obrigatoriedade de publicação da demonstração do resultado abrangente, a qual retrata potenciais receitas e despesas futuras da empresa. Com a mudança, o papel da contabilidade de fornecedora de informações contábeis precisa ser reavaliado. Partindo-se desse pressuposto, e com base no estudo de Kabir e Laswad (2011), avaliou-se a qualidade da informação do resultado abrangente em relação ao lucro líquido. Com base nos dados de 67 companhias pertencentes ao Ibovespa, para o período de 2009 a 2012, e por meio da análise de regressão múltipla, as características de persistência, variabilidade, capacidade preditiva e *value relevance* do lucro líquido e do resultado abrangente total foram comparadas. O resultado abrangente total mostrou-se potencialmente mais persistente e com maior volatilidade que o lucro líquido. Por seu turno, o lucro líquido apresentou um poder explicativo melhor do que o resultado abrangente para o retorno das ações. Não foram encontradas evidências de que o lucro líquido seja melhor preditor do fluxo de caixa operacional, tampouco do lucro líquido do ano seguinte, em relação ao resultado abrangente. Os resultados também indicaram que o resultado abrangente possui relevância incremental para o valor da informação.

**Palavras-chave:** *Value Relevance*; Lucro Líquido; Resultado Abrangente.

## *Informative quality of net profit and comprehensive income*

## ABSTRACT

One of the changes introduced with IFRS adoption in Brazil was the obligatoriness of publication of statement of comprehensive income, which portrays, future potential revenues and expenses for the company. With this change, the role of accounting as provider of accounting information needs to be reevaluated. Starting from this presupposition, and based on Kabir and Laswad (2011) study, the quality of comprehensive income information in relation to the net profit was evaluated. Based on data from 67 companies belonging to Ibovespa, for the period of 2009 to 2012, and through multiple regression

analysis, the characteristics of persistence, variability, predictive capacity and *value relevance* of net profit and total comprehensive income were compared. Total comprehensive income seemed to be potentially more persistent and presented higher volatility when compared to net profit. In result, net profit presented better explanation power than total comprehensive income for stocks return. It wasn't found evidence that net profit is better predictor of cash flow from operating activities neither of net profit for the following year, compared to comprehensive income. The results show too that comprehensive income has incremental relevance for the value of the information.

**Keywords:** Value Relevance; Net Profit; Comprehensive Income.

## 1 INTRODUÇÃO

A dinamização do mercado mundial, bem como a consequente expansão das relações em escala global, requer que as informações contábeis sejam comparáveis (LEMES; SILVA, 2007), uma vez que a diversidade de práticas contábeis entre as economias representa uma barreira potencial para a troca de informações no mundo dos negócios.

Órgãos nacionais e internacionais defendem a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade – as IFRS (*International Financial Reporting Standards*) – como o padrão contábil a ser seguido por diferentes países na elaboração das demonstrações financeiras, fundamentados na percepção de redução dos riscos e, conseqüentemente, do custo do capital transnacional. Neves et al. (2012) afirmam que é esperado que os investidores estejam mais propensos a investir em países que utilizem as IFRS para a elaboração de suas demonstrações, haja vista que essas normas proporcionam mais qualidade na evidenciação da informação contábil. Para Antunes et al. (2012), diversas são as razões que estimularam o Brasil a aderir às IFRS, dentre elas, a redução das taxas inflacionárias e a ampliação do mercado de capitais, possibilitando maior visibilidade à informação contábil como importante instrumento para a tomada de decisões relacionada a crédito, investimentos, financiamentos, dentre outros.

O legislador e os órgãos de regulamentação têm articulado ações com o intuito de estabelecer as informações que devem constar nas demonstrações contábeis, bem como no relatório

da Administração e nas Notas Explicativas, em particular, das sociedades anônimas, a fim de garantir a qualidade das informações divulgadas aos usuários, por parte das empresas (PONTE; OLIVEIRA, 2004).

Assim como outros 110 países que adotaram as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*), o Brasil caminha a 'passos largos' nesse processo. Com as Leis nº 11.638/07 e a nº 11.941/08, bem como com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Brasil se inseriu definitivamente no cenário de normas contábeis mundialmente aceitas.

A Lei nº 11.638/2007 propiciou alterações que promoveram a melhoria na qualidade da informação contábil, fazendo com que os seus usuários fossem os principais beneficiados. Além disso, a nova lei proporcionou uma melhora significativa na compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade das informações expostas, características que definem e determinam a qualidade e a utilidade das informações contábeis.

O processo local foi bem mais completo que em outros países, nos quais a adoção das IFRS somente se deu para atender às determinações das comissões de bolsas de valores. No Brasil, as IFRS se tornaram obrigatórias, tanto para as demonstrações consolidadas, quanto para os balanços individuais. A elaboração das demonstrações individuais segue os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Brasil (BR GAAP), os quais foram parcialmente adotados de 2008 a 2009. Desde 2010, a convergência para as IFRS vigora de forma completa.

A diferença dessa nova plataforma contábil já começa em sua origem, pois as IFRS buscam obedecer a princípios e evitam serem regras, eliminando-se progressivamente normas internacionais que contenham valores ou percentuais de “pisos” ou “tetos”, em privilégio dos citados princípios (LEMES e CARVALHO, 2010, p. 4). Todavia, a existência de maior flexibilidade nas normas baseadas em princípios, do que em regras, também é controversa. De maneira geral, as IFRS se baseiam em princípios e, os U.S. GAAP (princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos), em regras. Schipper (2003) afirma que, embora o FASB (órgão norte-americano emissor dos U.S. GAAP), geralmente, forneça um guia mais detalhado sobre a aplicação de princípios contábeis do que o IASB, ambos, as IFRS e os U.S. GAAP, incluem regras e princípios, dependendo do contexto.

Uma das novidades introduzidas pela adoção das IFRS no Brasil, no que se refere ao conjunto completo das demonstrações contábeis, foi a obrigatoriedade de apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). Considerando a manutenção da obrigatoriedade de apresentação da Demonstração do Resultado, bem como o fato de as duas demonstrações reconhecerem, de maneira geral, receitas e despesas efetivas e potenciais, há um espaço para pesquisas que comparem a qualidade informativa das duas demonstrações.

Segundo Kabir e Laswad (2011), as propriedades relativas do lucro líquido e do resultado abrangente total podem variar em função das diferentes normas adotadas. Este último caso é ilustrado pelos autores com a prática de reavaliação de ativos, que é permitida pelas IFRS e proibida pelos U.S. GAAP, podendo resultar em distintas DRA. Tal prática ilustra também o caso brasileiro, uma vez que uma DRA elaborada por empresa que adota *full* IFRS pode ser distinta daquela de outra empresa que adota os pronunciamentos emitidos pelo CPC.

Kabir e Laswad (2011) definem os lucros de alta qualidade como aqueles que são: a) mais persistentes e menos voláteis; b) mais fortemente

associados com fluxos de caixa futuros; e c) mais fortemente associados com o desempenho contemporâneo do preço das ações ou com o valor de mercado.

Considerando o contexto apresentado, o objetivo do presente estudo foi examinar as propriedades do Lucro Líquido (*Net Income*, NI) e do Resultado Abrangente Total (*Total Comprehensive Income*, TCI) de 67 companhias abertas, pertencentes ao índice IBOVESPA, referentes às demonstrações publicadas nos anos de 2009 a 2012. O TCI compreende o Lucro Líquido do Exercício acrescido (ou diminuído) dos outros resultados abrangentes (*other comprehensive income*, OCI). Seguindo a metodologia de Dechow e Schrand (2004) e Kabir e Laswad (2011), as quatro características investigadas do NI e do TCI neste estudo foram:

1. a persistência;
2. a variação transversal nas métricas de resultado;
3. a capacidade preditiva do fluxo de caixa das atividades operacionais (FCO) e NI com um ano de antecedência; e
4. a associação com retornos contemporâneos das ações.

A investigação sobre as potencialidades do NI e do TCI é relevante, de acordo com Kabir e Laswad (2011), sob dois aspectos. Primeiro, os estudos permitem identificar qual medida é mais eficiente na mensuração do desempenho da companhia pelo investidor. Segundo, considerando que o TCI incorpora todos os ganhos e perdas, efetivos e potenciais, comparar suas propriedades com as do NI pode fornecer melhor visão sobre as propriedades do lucro mensurado pelo valor justo. De acordo com Enria et al. (2004), o lucro mensurado ao valor justo é mais volátil do que sob o custo histórico. Os autores ainda argumentam que a volatilidade fornece informação relevante e deveria ser adequadamente reconhecida nas demonstrações financeiras, mas que uma excessiva dependência de valores justos gera o risco de se produzir uma informação com volatilidade ‘artificial’ orientada por flutuações de curto prazo,

ou causada por imperfeições do mercado ou, ainda, por desenvolvimento inadequado de técnicas de avaliação.

Dados os contornos distintos que a DRA poderá ter no Brasil, em função da maior instabilidade do mercado, se comparada a outras economias e, conseqüentemente, da maior volatilidade dos itens a valor justo apresentados na DRA, estima-se que esta pesquisa tem sua importância ressaltada. Adicionalmente, a introdução de uma nova demonstração contábil demanda estudos específicos que busquem identificar os benefícios gerados em termos de qualidade da informação.

O presente estudo fundamentou-se na pesquisa de Kabir e Laswad (2011). Contudo, este estudo tem o potencial de verificar o *value relevance* de dois resultados contábeis (o lucro líquido e o resultado abrangente) no cenário brasileiro, além de avançar em relação ao estudo anterior por investigar o comportamento das variáveis ao longo de quatro anos.

Este artigo se estrutura em seis seções, além desta introdução. Na segunda seção, são apresentados os conceitos, a estrutura e outros estudos sobre a DRA. Na terceira seção, as variáveis abordadas no estudo são discutidas. Na quarta seção, o desenho da pesquisa é caracterizado. Na seqüência, é feita a análise dos resultados e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

## 2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Considerando os diversos fatores que afetam a tomada de decisão, têm-se as demonstrações contábeis como uma importante ferramenta capaz de oferecer informações estratégicas aos usuários. Nesse sentido, o Pronunciamento Técnico CPC 26 R1 (2011) considera que as demonstrações contábeis “são aquelas cujo propósito reside no atendimento das necessidades informacionais de usuários externos que não se encontram em condições de requerer relatórios especificamente planejados para atender às suas necessidades peculiares”. Em outras palavras, as demonstrações

contábeis têm como finalidade reportar a situação patrimonial e financeira, bem como o desempenho de uma entidade, auxiliando os *stakeholders* na tomada de decisões. Além disso, essas demonstrações evidenciam o desempenho, bem como o resultado de uma determinada gestão.

De acordo com Pinheiro, Macedo e Vilamaior (2012), estudiosos da área contábil têm se dedicado a buscar alternativas para fornecer informações que representem com maior fidedignidade a real situação financeira das instituições. Consoante a esse fato, constata-se, nos normativos contábeis recém-emitidos no Brasil e no exterior, uma tendência em reconhecer, cada vez mais, itens patrimoniais pelo valor justo, substituindo assim o custo histórico como base de valor. Entretanto, a contabilização da contrapartida dessa operação nem sempre é consenso entre teóricos contábeis e órgãos normatizadores.

Robinson (1991) afirma que o conceito de lucro com tudo incluído (*all-inclusive*) levou à criação do termo resultado abrangente (*comprehensive income*), o qual resultou de um desejo de incorporar, em um número global, todos os componentes de lucro, compreendendo as mudanças na posição financeira geral das organizações. Para o autor, fatores como o aumento da complexidade e diversidade dos negócios, a natureza controversa dos itens na agenda do FASB, a sofisticação da comunidade de usuários e a globalização dos negócios (a DRA poderia ajudar a clarificar as mudanças no Patrimônio Líquido em distintos países) justificaram a implementação da DRA. O autor também aponta que a DRA poderia resolver um velho debate sobre o desempenho operacional corrente (indicado pela Demonstração de Resultados, DRE) *versus* o *all-inclusive* dos lucros reportados, defendendo que seria um erro ter uma demonstração adicional separada, devendo todas as mudanças da posição financeira serem apresentadas como lucro abrangente.

Críticos à proposta do FASB, de criar a DRA, apontaram que os componentes do resultado abrangente já estavam disponíveis, embora de forma desagregada, nas demonstrações

financeiras e nas notas explicativas. Defensores da proposta se sustentavam na indicação de pesquisas em psicologia e processamento de informações humanas que sugerem que o formato da divulgação exerce influência sobre o julgamento de analistas e de tomadores de decisões, aumentando o uso da informação e afetando o comportamento econômico (HIRST e HOPKINS, 1998).

Os esforços em defesa do relatório e o empenho para melhor evidenciar a situação patrimonial das empresas resultaram na obrigatoriedade da publicação da Demonstração do Resultado Abrangente nos Estados Unidos, a partir do ano de 1997.

Ainda que tenha contrariado teóricos contábeis em alguns aspectos, o FASB estabeleceu que determinadas variações devessem ser registradas no Patrimônio Líquido, compondo o Resultado Abrangente, em detrimento do reconhecimento do resultado do exercício. Essa medida considera a volatilidade que certas variações patrimoniais provocariam no lucro líquido das empresas (PINHEIRO; MACEDO; VILAMAIOR, 2012).

Hendriksen e Van Breda (1999) mencionam que o conceito mais amplo de lucro é a variação total do valor do capital, reconhecido pelo registro de transações ou pela reavaliação da empresa durante um determinado período, não estando incluídos os pagamentos de dividendos e as transações de aumento ou redução do capital. Essa definição é utilizada pelo FASB para conceituar o *lucro abrangente*.

Entretanto, Barth (2008), apontando nove compreensões equivocadas de conceitos das estruturas conceituais do FASB e do IASB, afirma que o reconhecimento inicial de itens na DRA está fundamentado basicamente nas características dos itens. A autora explica que, embora a maioria dos itens reconhecidos como Outros Resultados Abrangentes se relacione a mudanças de valores ou aumento da volatilidade dos lucros, nem todas as mudanças de valor ou itens que aumentam a volatilidade dos lucros são reconhecidos nesse

grupo da DRA. Por fim, ela critica que criar explicações que se aplicam somente a um subgrupo de itens das demonstrações contábeis não é útil para definir os relatórios contábeis de uma forma mais ampla, indicando que faltam mais discussões para a conceituação adequada da DRA.

O CPC, por meio do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – (posteriormente, atualizado para CPC 26 R1), incorpora a Demonstração do Resultado Abrangente no conjunto completo obrigatório das Demonstrações Contábeis no Brasil. Em setembro de 2009, a CVM, por meio da Deliberação 595, aprovou o Pronunciamento Técnico 26 emitido pelo CPC, determinando que, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, caberia às empresas brasileiras divulgar, dentre outras demonstrações, a DRA.

Mazzioni, Oro e Scarpin (2013) relatam que, no âmbito nacional, a temática resultado abrangente era escassa no meio acadêmico, o que se perpetuou até o início do processo de convergência às IFRS.

Segundo Barbosa, Machado e Tavares (2013), é possível afirmar que o resultado abrangente busca demonstrar os ajustes realizados no Patrimônio Líquido, sendo o mesmo visto como uma nova forma de mensuração do resultado da empresa. Assim, o resultado abrangente é de interesse especial dos investidores na avaliação do desempenho do negócio, ao incorporar, além do lucro do período, os ganhos e perdas ainda não realizados.

Conforme o Pronunciamento Técnico 26 R1, o resultado abrangente representa a mutação que ocorre no Patrimônio Líquido durante um dado período, resultante de transações e outros eventos que não ocorreram em virtude de transações com os sócios, enquanto proprietários. Com base no mesmo Pronunciamento, o resultado abrangente total é composto pelo resultado líquido do período, pelos outros resultados abrangentes e pelo efeito de reclassificações dos outros resultados abrangentes para o resultado do período. Assim, no CPC 26 R1(2011), fica definido que a DRA deve conter, no mínimo, as seguintes rubricas:

- (a) resultado líquido do período;
- (b) cada item dos outros resultados abrangentes classificados conforme sua natureza (exceto, montantes relativos ao item (c));
- (c) parcela dos outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial; e
- (d) resultado abrangente do período.

Os itens que compõem os “outros resultados abrangentes”, conforme mencionado no CPC 26 R1 (2011), são:

- as variações na reserva de reavaliação, quando permitidas legalmente;
- os ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido;
- os ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior;
- os ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda;
- a parcela efetiva de ganhos ou perdas advindos de instrumentos de hedge em operação de hedge de fluxo de caixa.

As empresas devem apresentar todos os itens de receita e despesa, reconhecidos no período, na demonstração do resultado e nos outros resultados abrangentes (demonstração do resultado abrangente, DRA). Nesse sentido, conforme apresentado anteriormente, a DRA se inicia com o resultado líquido, incluindo, posteriormente, os outros resultados abrangentes, gerando, assim, o resultado abrangente do período (total).

O CPC esclarece que a legislação contábil brasileira vigente na data de aprovação do CPC 26 R1 determinava que a DRE e a DRA fossem apresentadas separadamente. Com isso, embora o IASB permita, por meio do IAS 1, a apresentação de tais informações em uma única demonstração – o lucro abrangente como uma continuação do lucro líquido – ou em duas demonstrações distintas, no caso do Brasil, por força da legislação,

as empresas devem divulgar tais demonstrações de forma separada. Adicionalmente, no referido pronunciamento, é estabelecido que “é vedada a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente apenas na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” (CPC 26 R1, 2011, p.39).

O que pode parecer, à primeira vista, somente um problema acerca de que forma, onde e como apresentar a informação aos usuários, tem suscitado amplas discussões pelos órgãos legisladores. No caso específico da DRA, havia a preocupação, nas discussões do IASB, sobre o foco indevido que poderia ser dado pelos investidores à última linha da referida demonstração, quando apresentada em um relatório único. O foco indevido dizia respeito a uma interpretação equivocada quanto ao potencial do TCI para capturar o resultado de curto prazo das empresas, quando, na verdade, o resultado abrangente aumenta o horizonte temporal ao incluir informações prospectivas (CKECON; AQUAR, 2015). Contudo, o tema é complexo, e as discussões sobre o papel que a DRA exerce sobre as decisões dos usuários, principalmente, quando confrontado com o da DRE, bem como quanto à melhor forma de se fazer a divulgação do resultado abrangente, ainda demandam estudos.

Kabir e Laswad (2011) apontam inconsistência nos resultados dos estudos, quando comparadas as propriedades do Lucro Líquido e do Resultado Abrangente Total. Os autores classificam os estudos em quatro categorias de acordo com seus resultados. Um conjunto de estudos encontrou que o NI é superior ao TCI em termos de *value relevance*, capacidade preditiva e conservadorismo. Um segundo conjunto não encontrou evidências de que o TCI possui maior *value relevance* que o NI. Um terceiro, apontou que ambos, o NI e o TCI, possuem *value relevance*. Por fim, um último conjunto de estudo examina se a localização da TCI importa para os usuários, mas esses resultados também são inconclusivos.

O relativo pouco tempo de divulgação da DRA e a importância atribuída pelos investidores ao conceito de lucro – em todas as suas dimensões -, além de as pesquisas serem inconclusivas sobre a qualidade do lucro líquido em relação ao

lucro abrangente, justificam a necessidade de discussões mais aprofundadas sobre o tema. A idéia de resultado abrangente precisa ser mais bem definida, sob o risco, de certos ganhos e perdas serem apresentados em ‘Outros Resultados Abrangentes’, enquanto outros são registrados diretamente na DRE. A definição atual está mais focada na delimitação dos itens que compõem a DRA do que no conceito de resultado abrangente. A identificação da qualidade informativa dos dois lucros (líquido e abrangente) nas previsões de analistas e investidores pode contribuir com esse debate, mas a literatura, a esse respeito, apresenta resultados bastante controversos. A forma mais adequada pela qual essa informação deve ser divulgada também não é consenso, e essa decisão pode ser uma consequência direta da conceituação (ou falta de) de resultado abrangente. Enfim, os estudos sobre o tema ainda são insipientes, buscando esta pesquisa contribuir com a avaliação da qualidade informativa do lucro líquido e do lucro abrangente, agregando informações sobre o mercado brasileiro para a discussão do tema.

### 3 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO

Dechow, Ge e Schrand (2010), ao avaliarem as proxies utilizadas em 300 estudos sobre a qualidade dos lucros, afirmam que pesquisadores têm usado várias medidas como indicador da qualidade do lucro, incluindo persistência, *accruals*, suavização dos ganhos, gerenciamento de resultados, oportunidade da informação, conservadorismo, sensibilidade do investidor e documentos emitidos pela SEC (regulador do mercado de capitais americano).

Acerca da qualidade da informação contábil, Ludícibus (2009) destaca a tempestividade, a integralidade, a confiabilidade, a comparabilidade e a compreensibilidade como suas principais características. No âmbito nacional, por meio da Resolução CFC nº 785, de julho de 1995, o Conselho Federal de Contabilidade apresenta e esclarece tais características, as quais podem ser identificadas como atributos no documento do CFC.

O Pronunciamento Conceitual Básico R1 (2011) – “Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro” – define como características qualitativas fundamentais da informação contábil a relevância e a representação fidedigna. Assim, o pronunciamento considera como relevante aquela informação capaz de influenciar a tomada de decisão do usuário.

Colauto et al. (2010, p.4) enfatizam a importância da transparência da informação contábil para os usuários das demonstrações financeiras. Todavia, os autores relatam que as empresas podem, por vezes, ser instigadas a evidenciar informações distorcidas a fim de demonstrar um bom desempenho financeiro, ou seja, informações contábeis pouco confiáveis para a tomada de decisão de seus usuários. Segundo o autor, “Os gestores podem estar propensos a gerenciar lucros ou mesmo fraudar as demonstrações contábeis ao definir políticas contábeis de mensuração, reconhecimento e evidenciação das transações econômicas”.

A análise da qualidade da informação contábil vem ocupando espaço importante entre os estudos atuais da teoria da contabilidade, pois, “ao evidenciar informação de qualidade se reduz o grau de incerteza, a assimetria da informação e ocorre ainda, a melhora da eficiência do mercado de capitais no que tange à gestão do risco” (MOURA; FRANZ e CUNHA, 2013, p.2). Os autores ainda afirmam que a evidenciação de informações se torna imprescindível, pois é ela quem garante clareza aos investidores, os quais “realizarão maiores investimentos em companhias que ofereçam informações mais confiáveis e seguras” (MOURA; FRANZ e CUNHA, 2013, p.1).

Apesar da quantidade e qualidade dos estudos que buscam avaliar a qualidade do lucro e de seu poder preditivo, identificar qual informação contábil consegue incorporar melhor essas características ainda é um desafio. No Quadro 1, são ilustradas pesquisas que tiveram por foco a avaliação do poder preditivo do lucro abrangente versus o do lucro líquido.

**Quadro 1 – Estudos referentes à qualidade informativa do NI e do TCI**

<b>Autores</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Principais Resultados</b>
Cahan et al. (2000)	Verificar se a apresentação dos itens dos outros resultados abrangentes separados fornece informação incremental em relação ao TCI	Os investidores valorizam a DRA, porém não há nenhum benefício em se apresentarem os componentes separados do TCI
Lin, Ramond e Casta (2007)	Verificar, dentre o resultado operacional, NI e TCI, qual apresenta maior <i>value relevance</i> para investidores da Alemanha, França, Itália, Espanha e Reino Unido	O TCI é menos relevante do que o NI e o lucro operacional. Os outros resultados abrangentes apresentam <i>value relevance</i> , fornecendo informação incremental relevante para os preços e para o lucro líquido
Goncharov e Hodgson (2008)	Analisar se a agregação abrangente e a alocação dos componentes do lucro são de interesse dos investidores por meio da avaliação da informação relativa, da mensuração, da predição e do impacto do conservadorismo no NI, no TCI e nos componentes do resultado abrangente	O NI apresenta melhor <i>value relevance</i> que o TCI, bem como melhor capacidade de prever o fluxo de caixa operacional. O TCI é menos conservador que o NI e também é capaz de reconhecer uma boa notícia em uma base oportuna mais do que o NI, mas mostra uma resposta menos oportuna para as más notícias
Saeedi (2008)	Investigar a capacidade relativa do TCI em representar o desempenho da empresa, por meio da análise do TCI e do NI	Não foi evidenciada a superioridade do TCI em relação ao NI, no que se refere à avaliação de desempenho da empresa, com base nos preços de mercado das ações
Jaweher e Mounira (2013)	Comparar a qualidade do NI e do TCI apresentados de acordo com as IAS/IFRS	Em relação ao TCI, o NI: a) é mais <i>value relevance</i> para a previsão dos futuros fluxos de caixa operacionais e do resultado; b) é mais persistente e oportuno; c) explica melhor o fluxo de caixa operacional; e d) tem melhor qualidade dos <i>accruals</i> . Contudo, o TCI é menos suavizado e mais conservador que o NI
Mazzioni, Oro e Scarpin (2013)	Avaliar o LL e o TCI como medidas preditivas do desempenho das empresas do segmento elétrico da BM&FBovespa, a partir da volatilidade dos resultados encontrados em 2010 e 2011	O poder preditivo do NI e do TCI de 2010 é praticamente nulo sobre os resultados de retorno de ações, lucro operacional, fluxo de caixa operacional, lucro líquido e o resultado abrangente de 2011
Gazzola e Amelio (2014)	Identificar, entre o NI e o TCI, qual o mais adequado para avaliar o desempenho financeiro	O TCI fornece maior qualidade informacional para a avaliação do desempenho financeiro das empresas

Fonte: Os autores

Considerando apenas parte dos itens da DRE, Jones e Smith (2011) compararam um grupo de ganhos e perdas da DRE de acordo com os US GAAP, denominados no estudo de itens especiais – SI - (ganhos e perdas na venda de ativos e investimentos, baixa de *impairment* não realizadas, encargos de reestruturação não realizados, custos de fusão e outros itens), com os Outros Resultados Abrangentes. Os autores encontraram que: OCI e SI têm valor relevante; os SI exibem zero persistência (isto é, são transitórios), enquanto o OCI exibe persistência negativa (isto é, parcialmente revertem ao longo do tempo); e os SI tem forte valor preditivo para a projeção de lucro e fluxos de caixa futuros em contraposição ao OCI.

No que se refere à divulgação da informação, Melo (2012) investigou se as companhias pertencentes à BM&FBovespa estariam divulgando a DRA. Tomando como base o exercício de 2011, foram analisadas as demonstrações contábeis de 78 empresas. Das empresas analisadas, 40% apresentaram a DRA, enquanto 60% declararam que não obtiveram resultados abrangentes e, por essa razão, a referida demonstração não teria sido divulgada.

#### 4 DESENHO DA PESQUISA

A presente pesquisa pode ser caracterizada como descritiva e explicativa, pois ela se propõe a

analisar a qualidade informativa do lucro líquido e do lucro abrangente. O recorte temporal utilizado para a realização do estudo corresponde ao período de 2009 a 2012. A escolha por tal período se deve à obrigatoriedade da apresentação da DRA, a partir do exercício de 2010, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 26 R1 (2011). Fizeram parte da amostra as empresas que reapresentaram as demonstrações contábeis de 2009, seguindo a nova norma em vigor a partir de 2010. Dessa forma, têm-se, no Brasil, as demonstrações contábeis do ano de 2009, seguindo a legislação anterior em vigor (sem a publicação obrigatória da DRA), bem como essas mesmas demonstrações de 2009, seguindo o novo Padrão (com a inclusão da referida demonstração), publicadas de forma comparativa com o ano de 2010.

A amostra da pesquisa foi composta pelas companhias abertas pertencentes ao Ibovespa, na data de 28 de dezembro, nos anos de 2009 a 2012. O índice Ibovespa evidencia o desempenho médio das cotações dos ativos que apresentam maior nível de negociabilidade e representatividade no mercado de ações.

A técnica estatística aplicada foi a regressão linear múltipla. Como as variáveis testadas se referiam a diferentes empresas e períodos, utilizou-se da técnica POLS (*Pooled OLS*), que combina dados em seção transversal (*cross-sectional*) com dados em série temporal, formando um painel de dados. Utilizou-se uma amostra de 67 empresas (160 observações para o NI e 157 para o TCI) para testar a persistência, a variabilidade e a capacidade preditiva, e 209 observações para testar o *value relevance* tanto de NI, quanto de TCI. A diferença no número de observações se deve ao uso de defasagens nos primeiros modelos. Para a seleção entre os modelos com a melhor aderência aos dados, foi utilizado o teste de Vuong (1989). Esse teste indica, entre dois modelos, aquele que mais se aproxima do modelo “real” para os dados analisados. Nesse teste, um resultado positivo para o z-statistic indica que o primeiro modelo é o mais adequado e vice-versa.

Para a coleta de dados (lucro líquido, patrimônio líquido, quantidade total de ações, quantidade de ações ordinárias, ativo total, valor de mercado, fluxo de caixa operacional, dentre outras variáveis), utilizou-se o *software* Economática®. Os “outros resultados abrangentes” e o “resultado abrangente total” foram obtidos nas demonstrações completas anuais no site da CVM. Cabe destacar que, como o lucro líquido disponível no Economática® corresponde ao da controladora, as informações sobre os “outros resultados abrangentes” e “resultado abrangente total” utilizados também se referiram à controladora. Assim, podem-se estabelecer as hipóteses de pesquisa relativas às propriedades do Lucro Líquido (*Net Income*, NI) e do Resultado Abrangente Total.

Dado que os itens que compõem os outros resultados abrangentes são passíveis de serem influenciados por taxas de juros, bem como por taxas de câmbio, admite-se que é provável que o lucro líquido seja mais persistente que o lucro abrangente total (KABIR; LASWAD, 2011). Dessa forma, a seguinte hipótese fundamenta a persistência do lucro líquido em relação ao resultado abrangente:

H1: NI é mais persistente que o TCI

Bragg (2011) menciona que o lucro abrangente apresentaria uma noção mais esclarecedora acerca do desempenho das empresas se comparado ao lucro líquido, pois, no resultado abrangente, constam todas as alterações patrimoniais do período, inclusive, aquelas não refletidas no lucro líquido.

Pinheiro, Macedo e Vilamaior (2012) realizaram uma análise hipotética e empírica sobre a volatilidade que os outros resultados abrangentes causariam, caso fossem registrados no resultado do exercício. Os resultados revelaram que um possível reconhecimento dos outros resultados abrangentes no resultado promoveria maior volatilidade no lucro líquido das empresas, sem tendência definida, no sentido de aumentá-lo ou diminuí-lo.

Como o resultado abrangente total incorpora mais itens cujos valores são passíveis de oscilação, notadamente, os referentes às mensurações ao valor justo, é provável que o lucro líquido apresente

menor volatilidade em relação ao resultado abrangente (KABIR; LASWAD; 2011). Nesse sentido, a segunda hipótese é assim enunciada:

H2: A variação transversal do NI é menor que a do TCI

Segundo Jaweher e Mounira (2013), o valor preditivo está relacionado à capacidade do lucro em estimar o valor dos componentes de ganhos de caixa. Os autores acrescentam que a previsibilidade implica que os ganhos apresentados deverão fornecer informação que possa ser utilizada como boa preditora no processo de avaliação da empresa, em termos de lucro ou fluxo de caixa.

Zülch e Pronobis (2010) examinaram o poder preditivo do resultado abrangente e seus componentes individuais dentro do ambiente institucional das empresas alemãs que adotam as IFRS em comparação ao do lucro líquido. Os resultados revelaram que não há poder preditivo superior do resultado abrangente quanto ao desempenho operacional futuro da empresa.

Na mesma linha, a pesquisa realizada por Kanagaretnam, Mathieu e Shehata (2009) teve por objetivo analisar a utilidade dos relatórios sobre o resultado abrangente no Canadá. Os autores encontraram que o resultado abrangente é melhor preditor do fluxo de caixa futuro. Entretanto, os resultados da pesquisa apontaram que o lucro líquido é melhor preditor para o lucro líquido futuro que o lucro abrangente, afirmando que esses resultados suportam o argumento de que os componentes dos outros resultados abrangentes são *value relevant*, mas são pobres preditores da lucratividade futura devido a sua natureza transitória. Apesar de limitada evidência do poder preditivo do lucro líquido *versus* o do lucro abrangente (JONES; SMITH, 2011), optou-se, neste trabalho, por estruturar as hipóteses de forma similar ao estudo de Kabir e Laswad (2011):

H3: NI prediz FCO do ano seguinte melhor que o TCI

H4: NI prediz o NI do ano seguinte melhor que o TCI

De acordo com Kargin (2013), *value relevance* consiste na capacidade de as informações divulgadas pelas demonstrações financeiras representarem o valor da empresa. O autor afirma ainda que o *value relevance* pode ser obtido por meio de relações estatísticas entre as informações constantes nas demonstrações financeiras, bem como pelos valores do mercado de ações. Para os autores Jaweher e Mounira (2013), o *value relevance* está relacionado às características qualitativas fundamentais, pretendidas pelo IASB, a fim de assegurar que as demonstrações contábeis sejam úteis aos usuários.

Kim (2013) desenvolveu um estudo que trata da relevância do valor das informações divulgadas por empresas públicas russas, a partir de duas perspectivas diferentes. A primeira perspectiva, baseada em dados coletados, aponta que, antes de 2011, os investidores basearam suas informações no valor contábil do patrimônio líquido das empresas. A segunda perspectiva destaca que as empresas russas líderes, cotadas na bolsa de Londres, que adotaram as IFRS, apresentaram maior *value relevance* quanto às informações contidas em seus relatórios, em relação às empresas que atendem aos padrões de normatização russos. Tal evidência sugere que a adoção das IFRS, por parte da Rússia, implicaria na melhoria da qualidade informacional dos relatórios financeiros.

Por sua vez Kabir e Laswad (2011) destacam que, se o lucro líquido é mais persistente que o resultado abrangente total, além de apresentar melhor capacidade preditiva quanto ao fluxo de caixa operacional do ano seguinte, os investidores tendem a ter uma percepção melhor em relação ao mesmo, se comparado ao resultado abrangente total. Assim, a quinta hipótese é enunciada como:

H5: O *value relevance* de NI difere do TCI.

Os modelos utilizados para testar as variáveis da pesquisa estão dispostos no Quadro 2, seguindo o estudo de Kabir e Laswad (2011). Desse estudo, não foram utilizados os modelos referentes à apresentação do resultado abrangente (se em uma única demonstração, ou em duas demonstrações distintas), em função da exigência legal, no Brasil, de apresentação da demonstração de resultados de forma separada.

Quadro 2 – Modelos do estudo

Variável	Modelo/Critério	Hipótese	Observações
Persistência	$NI_{t+1} = \alpha + \beta NI_t + \varepsilon_t$ (1)	H1	Quanto mais próximo $\beta$ de 1, mais persistente é a variável
	$TCl_{t+1} = \alpha + \beta TCl_t + \varepsilon_t$ (2)		
Varia- bilidade	Desvio padrão	H2	Comparação do desvio padrão de NI com o do TCI do ano seguinte
Capacidade Preditiva	$CFO_{t+1} = \alpha + \beta NI_t + \varepsilon_t$ (3)	H3 e H4	Avaliam, entre NI e TCI, qual é melhor preditor do fluxo caixa operacional (CFO); modelo com maior $R^2$ ajustado tem melhor capacidade preditiva
	$CFO_{t+1} = \alpha + \beta TCl_t + \varepsilon_t$ (4)		
	$NI_{t+1} = \alpha + \beta NI_t + \varepsilon_t$ (5)		Avaliam a capacidade relativa de NI e TCI predizer NI do ano seguinte
	$NI_{t+1} = \alpha + \beta TCl_t + \varepsilon_t$ (6)		
Value Relevance de NI e TCI	$R_t = \alpha + \beta(NIC_{t-P_{t-1}}) + \varepsilon_t$ (7)	H5	Avaliam a capacidade relativa de NI e TCI para sintetizar o desempenho da empresa refletido no retorno das ações (R); o modelo com maior $R^2$ explica melhor o retorno das ações
	$R_t = \alpha + \beta(TCIC_{t-P_{t-1}}) + \varepsilon_t$ (8)		
	$P_t = \alpha + \beta_1 BV_t + \beta_2 NIC_t + \varepsilon_t$ (9)		Avaliam a capacidade relativa de NI e TCI por meio de um modelo no nível de preço das ações (P); complementam os modelos (7) e (8)
	$P_t = \alpha + \beta_1 BV_t + \beta_2 TCIC_t + \varepsilon_t$ (10)		

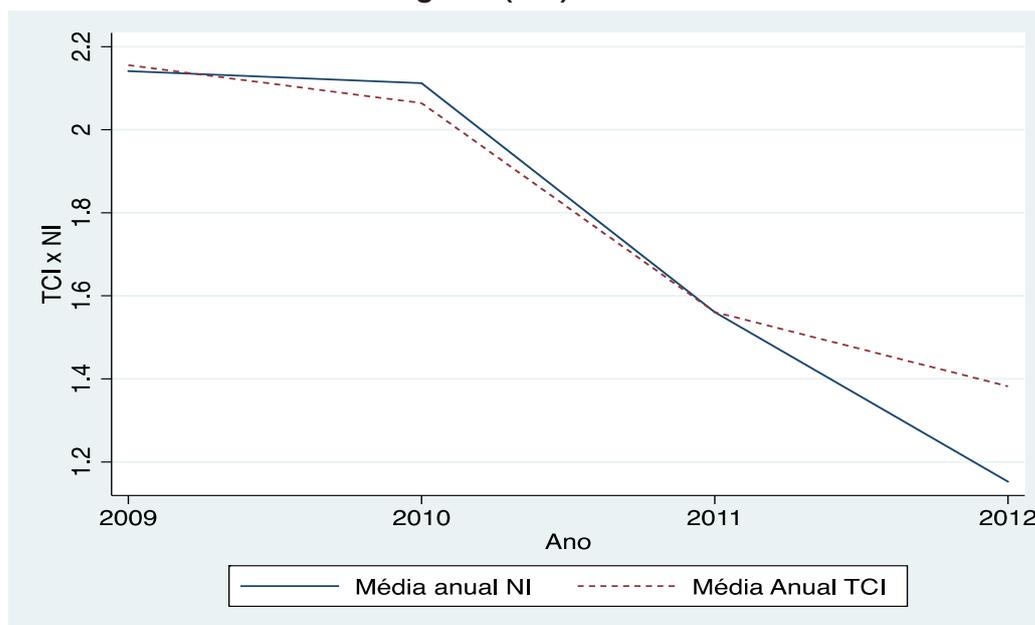
Fonte: Elaborado a partir de Kabir e Laswad (2011, pp. 275-277)

## 5 RESULTADOS E ANÁLISES

Na Tabela 1, são dispostos os resultados da estatística descritiva das variáveis do modelo e os coeficientes de correlação entre eles. O Gráfico 1 completa as informações da amostra, ao apresentar o comportamento do NI e do TCI nos anos analisados (2009-2012). Observa-se que os valores médios do lucro líquido e do resultado abrangente total ficaram bem próximos até o ano de 2011, quando então os dois valores se distanciam. Possíveis explicações apontam para o aumento da experiência com as IFRS e do efeito país sobre o novo conjunto de normas. Num diagnóstico da adoção inicial das IFRS, em 2010, das 56 companhias brasileiras componentes do Índice Ibovespa, a Ernst&YoungTerco e Fipecafi (2011) sinalizaram, entre outros pontos, que as demonstrações contábeis consolidadas mantiveram uma forte identidade brasileira, e que a interpretação de algumas normas IFRS ainda não era consenso entre participantes do mercado. Esse diagnóstico é confirmado por Nobes (2013), que aponta que o fator país, incluindo nessa categoria a classificação *code law/common law*, incentivos de preparadores e poder de *enforcement* das instituições, determina fortemente a forma como

as IFRS são adotadas. Considerando a relativa novidade da DRA no cenário contábil brasileiro, é razoável supor que a maior experiência das empresas com a citada demonstração contribuiu para uma elaboração mais adequada da mesma após a adoção inicial e, conseqüentemente, um maior distanciamento numérico entre o NI e o TCI.

**Gráfico 1 – Diferenças entre o Lucro Líquido (NI) e o Lucro Abrangente (TCI) – valores médios**



Nos painéis B e C, da Tabela 1, reportam-se os coeficientes de correlação entre as variáveis do modelo. Conforme esperado, a correlação entre lucro líquido e resultado abrangente é alta e positiva. Destacam-se, por exemplo, os coeficientes de correlação entre  $NI_t$  com  $TCI_{t+1}$  de 0.627 e de  $TCI_t$  com  $NI_{t+1}$  de 0.605, que demonstra a relação

entre os valores atuais e futuros dessas variáveis, o que indica, de forma preliminar, sua força de predição cruzada. Em outras palavras, NI atual tem boa capacidade preditiva relativa ao TCI futuro, podendo o mesmo ser afirmado para o TCI atual em relação ao NI futuro.

**Tabela 1: Estatísticas Descritivas e Matrizes de Correlação**

**Painel A: Estatísticas Descritivas**

Variáveis	N	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Min	Max
$NI_{t+1}$	160	1.6672	1.2435	2.2918	-5.4752	9.3944
$NI_t$	209	1.7112	1.3153	2.2103	-5.4752	9.7105
$TCI_{t+1}$	157	1.7201	1.3557	2.4095	-6.3724	9.5559
$TCI_t$	209	1.8165	1.3449	2.7699	-6.3724	25.0175
$CFO_{t+1}$	160	4.2555	3.3091	5.7575	-8.1042	36.7437
$R_t$	209	18.0368	13.3	45.5794	-61.4	139.4
$NIC_{t-P_{t-1}}$	204	.17774	.0965	.4949	-1.0835	6.3263
$TCIC_{t-P_{t-1}}$	204	.17541	.0940	.5049	-1.3577	6.3263
$P_{t-1}$	206	19.0356	16.075	13.2663	.13	76.43
$P_t$	209	20.8615	17.64	14.6418	.13	99.73
$BV_t$	209	25.8814	13.9699	28.3695	-.91727	137.2107
$NIC_t$	209	3.0037	1.5747	4.6664	-10.516	26.7464
$TCIC_t$	209	3.2696	1.5801	5.9352	-10.442	55.7050

**Painel B: Matriz de Correlação dos Modelos (1)-(6)**

	$NI_{t+1}$	$NI_t$	$TCI_{t+1}$	$TCI_t$	$CFO_{t+1}$
$NI_{t+1}$	1.000				
$NI_t$	0.555*	1.000			
$TCI_{t+1}$	0.943*	0.627*	1.000		
$TCI_t$	0.605*	0.702*	0.614*	1.000	
$CFO_{t+1}$	0.467*	0.320*	0.408*	0.620*	1.000

**Painel C: Matriz de Correlação dos Modelos (7)-(10)**

	$R_t$	$NIC_{t-P_{t-1}}$	$TCIC_{t-P_{t-1}}$	$P_{t-1}$	$P_t$	$BV_t$	$NIC_t$	$TCIC_t$
$R_t$	1.000							
$NIC_{t-P_{t-1}}$	0.223*	1.000						
$TCIC_{t-P_{t-1}}$	0.192*	0.970*	1.000					
$P_{t-1}$	-0.097	-0.130	-0.082	1.000				
$P_t$	0.309*	-0.060	-0.061	0.823*	1.000			
$BV_t$	-0.026	0.215*	0.235*	0.267*	0.327*	1.000		
$NIC_t$	0.122	0.564*	0.517*	0.252*	0.388*	0.522*	1.000	
$TCIC_t$	0.078	0.340*	0.487*	0.341*	0.389*	0.519*	0.684*	1.000

Notas: Estatisticamente significante a  $\alpha=0.05$ ;  $NI_{t+1}$  Lucro Líquido por ação do ano seguinte;  $NI_t$  Lucro Líquido por ação do ano corrente;  $TCI_{t+1}$  Lucro Abrangente Total do ano seguinte por ação;  $TCI_t$  Lucro Abrangente do ano corrente por ação;  $CFO_{t+1}$  fluxo de caixa das atividades operacionais do ano seguinte por ação;  $R_t$  retorno por ação no ano corrente;  $NIC_{t-P_{t-1}}$  Lucro Líquido por ação ordinária do corrente ano deflacionado pelo preço da ação no início do ano;  $TCIC_{t-P_{t-1}}$  Lucro Abrangente por ação ordinária do ano corrente, deflacionado pelo preço da ação no início do ano;  $P_{t-1}$  Preço da ação ordinária no início do ano;  $P_t$  Preço da ação no final do ano;  $BV_t$  Valor patrimonial por ação;  $NIC_t$  Lucro Líquido por ação ordinária do ano corrente;  $TCIC_t$  Lucro Abrangente por ação ordinária no ano corrente. Todos os dados, exceto ratios estão em Reais.

Na Tabela 2, são apresentados os resultados sobre as propriedades de NI e TCI. Pode-se verificar, no Painel A, os resultados sobre a persistência de NI e TCI. O teste F, para o qual, os coeficientes são, em conjunto, diferentes de zero, dos modelos 1 e 2 são significantes a 1%. Nesses modelos, quanto mais próximos de 1 são os valores dos coeficientes, mais persistentes, pois indica que o NI ou TCI do ano anterior explica a sua variação no período seguinte. Os coeficientes referentes à persistência de NI e TCI são, respectivamente, 0.5991 e 0.7014, o que indica que, para as empresas da amostra, TCI é potencialmente mais persistente que o NI. O valor do  $R^2$  ajustado do modelo de TCI com valor superior ao do modelo de NI também confirma a maior capacidade de  $TCI_t$  explicar a variância de  $TCI_{t+1}$ . Esse resultado não suporta a hipótese H1, em oposição aos resultados encontrados por Kabir e Laswad (2011). Possíveis explicações para essa divergência apontam para os próprios componentes do TCI.

Para Jones e Smith (2011), os ativos e passivos que geram os ganhos e perdas reconhecidos como outros resultados abrangentes são reavaliados a cada período, o que pode fazer com que os itens se repitam para os mesmos ativos e passivos. Os itens reconhecidos também dependem de decisão dos gestores quanto à seleção de investimentos, momento de venda de ativos, financiamento dos planos de pensão e duração dos contratos de derivativos, fazendo com que o TCI reflita mais do que mudanças imprevisíveis do mercado. Adicionalmente, os ganhos e perdas do TCI podem permanecer no balanço por vários anos até que o ativo relacionado seja vendido, como é o caso dos ajustes de tradução de moeda estrangeira. Dada a complexidade dos itens envolvidos na TCI e os distintos desdobramentos que os ganhos e perdas reconhecidos podem ter ao longo do tempo, existem dificuldades relevantes em se identificar um item específico que tenha contribuído mais fortemente para a persistência maior do TCI.

No painel B (Tabela 2), é apresentada a variabilidade de NI em relação à TCI. Observa-se que o desvio padrão de NI e TCI é, respectivamente, 2.21 e 2.41. Consistente com a hipótese H2, a variabilidade de TCI foi maior que a de NI. O teste de diferença entre os desvios-padrão apresentou resultado estatisticamente significativo a 1%, ou seja, a variabilidade de TCI é estatisticamente superior à de NI, confirmando a teoria aqui explorada. O resultado difere daquele apontado por Kabir e Laswad (2011), que também encontraram que a variabilidade de TCI foi maior que a de NI. Entretanto, a diferença na variabilidade não foi significativa ao nível de 10%, levando os autores a concluir pelo não suporte à hipótese sobre a variabilidade.

Ainda na Tabela 2, destaca-se, no painel C, a capacidade de NI e TCI prever o CFO do ano

seguinte. Os testes F de especificação dos modelos indicam que os coeficientes são estatisticamente diferentes de zero a 1%. O  $R^2$  ajustado é 0.172, quando NI é a variável independente, e 0.297, quando TCI é a variável independente. Contudo, como as variáveis independentes são diferentes, a comparação entre os valores de  $R^2$  não é suficiente para identificar qual modelo mais adequado. Para essa decisão, utilizou-se o teste de aderência de Vuong (1989), que indica qual dos modelos está mais próximo daquele que efetivamente gerou os dados da variável dependente. O teste de Vuong (1989), com z-score negativo, fornece suporte para se afirmar que o modelo 4 é mais adequado (aderente aos dados) do que o modelo 3 para explicar a variação do CFO, não suportando, então, a hipótese H3. O resultado indica que o TCI prediz melhor o CFO do ano seguinte do que o NI.

**Tabela 2: Resultados das propriedades de NI e TCI**

**Painel A: Persistência de NI e TCI**

Variáveis Independentes	Modelos	
	$NI_{t+1} = \alpha + \beta NI_t + \varepsilon_t$ (1)	$TCI_{t+1} = \alpha + \beta TCI_t + \varepsilon_t$ (2)
$NI_t$	0.5991*** (0.1050)	
$TCI_t$		0.7014*** (0.0878)
Constante	0.5801*** (0.2196)	0.4375** (0.1558)
Observações (N)	160	157
$R^2$ Ajustado	0.321	0.472
Estatística F	32.57***	140.67***

**Painel B: Variabilidade de NI e TCI**

	NI	TCI
Desvio Padrão	2.21	2.41
Observações (N)	209	157
Estatística F	0.6367***	

**Painel C: Habilidade de NI e TCI para prever o CFO do ano seguinte**

Variáveis Independentes	$CFO_{t+1} = \alpha + \beta NI_t + \varepsilon_t$ (3)	$CFO_{t+1} = \alpha + \beta TCI_t + \varepsilon_t$ (4)
$NI_t$	0.9487*** (0.2488)	
$TCI_t$		1.1598*** (0.2176)
Constante	2.3874*** (0.5494)	1.9578*** (0.3760)
Observações (N)	160	157
R <sup>2</sup> Ajustado	0.172	0.297
Estatística F	34.13***	66.92***
Vuong Z-statistic	-1.3521	

**Painel D: Habilidade de NI e TCI para prever o NI do ano seguinte**

Variáveis Independentes	$NI_{t+1} = \alpha + \beta NI_t + \varepsilon_t$ (5)	$NI_{t+1} = \alpha + \beta TCI_t + \varepsilon_t$ (6)
$NI_t$	0.5991***	
$TCI_t$		0.6468*** (0.0915)
Constante	0.5801*** (0.2196)	0.4488*** (0.1595)
Observações (N)	160	157
R <sup>2</sup> Ajustado	0.321	0.43
Estatística F	32.53***	50.01***
Vuong Z-statistic	-1.1007	

**Painel E: Associação com retornos contemporâneos**

Variáveis Independentes	$R_t = \alpha + \beta (NIC_{t-P_{t-1}}) + \varepsilon_t$ (7)	$R_t = \alpha + \beta (TCIC_{t-P_{t-1}}) + \varepsilon_t$ (8)
$NIC_{t-P_{t-1}}$	69.7648*** (13.0917)	
$TCIC_{t-P_{t-1}}$		51.9961*** (12.2365)
Constante	7.5494* (3.8415)	10.3719** (4.0078)
Observações (N)	203	203
R <sup>2</sup> Ajustado	0.095	0.054
Estatística F	28.40***	18.06***
Vuong Z-statistic	1.9981	

Notas: Estatisticamente significativa a \*=0.10, \*\*=0.05 e \*\*\*=0.01.  $NI_{t+1}$  Lucro Líquido por ação do ano seguinte;  $NI_t$  Lucro Líquido por ação do ano corrente;  $TCI_{t+1}$  Lucro Abrangente Total do ano seguinte por ação;  $TCI_t$  Lucro Abrangente do ano corrente por ação;  $CFO_{t+1}$  fluxo de caixa das atividades operacionais do ano seguinte por ação;  $R_t$  retorno por ação no ano corrente;  $NIC_{t-P_{t-1}}$  Lucro Líquido por ação ordinária do corrente ano deflacionado pelo preço da ação no início do ano;  $TCIC_{t-P_{t-1}}$  Lucro Abrangente por ação ordinária do ano corrente, deflacionado pelo preço da ação no início do ano;  $P_{t-1}$  Preço da ação ordinária no início do ano;  $P_t$  Preço da ação no final do ano;  $BV_t$  Valor patrimonial por ação;  $NI_t$  Lucro Líquido por ação ordinária do ano corrente;  $TCIC_t$  Lucro Abrangente por ação ordinária no ano corrente. Todos os dados, exceto ratios estão em Reais.

Erros padrão entre parêntesis e estatística t consistentes com matriz de heteroscedasticidade de White (1980).

No painel D, são reportados os resultados da capacidade de NI e TCI em prever o lucro líquido do ano seguinte. Os coeficientes dos modelos são estatisticamente diferentes de zero a 1%, conforme o teste F. O R<sup>2</sup> ajustado é 0.321, quando NI é a variável independente, e 0.43, quando TCI é a variável independente. O teste de Vuong (1989) negativo indica que o modelo 6 é mais adequado do que o modelo 5 para explicar a variação de NI. Os

resultados, consistentes com os de Kabir e Laswad (2011), não suportam H4, pois TCI prediz o NI do ano seguinte melhor que o NI. Esse resultado já havia sido identificado na correlação entre os itens apresentada (Painel B e C, Tabela 1), em que se apontou que o TCI tem capacidade preditiva para o NI futuro.

No que se refere à capacidade preditiva do resultado abrangente *versus* o lucro líquido (H3 e H4), o TCI

foi melhor preditor do fluxo de caixa operacional e dos lucros futuros. Essas evidências confirmam a natureza mista dos resultados encontrados por outros autores, conforme mencionado anteriormente neste artigo (na revisão da literatura e na construção das hipóteses). Adicionalmente, Kanagaretnam, Mathieu e Shehata (2009) encontraram resultados para suportar o argumento de que os componentes dos outros resultados abrangentes são *value relevant*, mas são pobres preditores da lucratividade futura devido a sua natureza transitória. Esse argumento pode ser uma das possíveis explicações para a falta de suporte às hipóteses H3 e H4, uma vez que o teste da hipótese H1 apontou para uma maior persistência (portanto, menor transitoriedade) de TCI em relação ao NI para a amostra aqui testada. Isso significa que a maior persistência do TCI pode ter impactado, de forma positiva, a capacidade preditiva do TCI.

No painel E, é evidenciada a associação entre NI e TCI com o retorno das ações. Ambos os modelos (7 e 8) possuem coeficientes estatisticamente diferentes

de zero a 1%, conforme o teste F. Os coeficientes de reação aos ganhos foram de 69.7648 para  $NIC_{t-1}P_{t-1}$  e de 51.9961, para  $TCIC_{t-1}P_{t-1}$ . Similar ao encontrado no estudo de Kabir e Laswad (2011), o coeficiente de  $TCIC_{t-1}P_{t-1}$  é menor que o de  $NIC_{t-1}P_{t-1}$ . Além disso, o  $R^2$  ajustado é 0.095, quando  $NIC_{t-1}P_{t-1}$  é a variável independente, e 0.054, quando  $TCIC_{t-1}P_{t-1}$  é a variável independente. O teste de Vuong (1989), com sinal positivo, indica que o modelo com  $NIC_{t-1}P_{t-1}$  é superior na explicação da variância do retorno. Uma análise adicional (dados não reportados) do painel E foi realizada, utilizando-se apenas dados de 2012, em que o teste de Vuong (1989) apresentou resultado inverso (-0.3896), ou seja, neste ano, especificamente,  $TCIC_{t-1}P_{t-1}$  possui melhor capacidade de explicar o retorno. Essa análise suporta o argumento de que os analistas demandam um certo tempo para perceberem a importância de novas demonstrações financeiras. Adicionalmente, Kanagaretnam, Mathieu e Shehata (2009) encontraram que o resultado abrangente é mais fortemente associado (em termos de poder explicativo) com o preço e o retorno das ações.

**Tabela 3: Resultado dos modelos de precificação**

Variáveis Independentes	Modelos	
	$P_t = \alpha + \beta_1 BV_t + \beta_2 NIC_t + \varepsilon_t$ (9)	$P_t = \alpha + \beta_1 BV_t + \beta_2 TCIC_t + \varepsilon_t$ (10)
$BV_t$	0.0686* (0.0403)	0.0637* (0.0358)
$NIC_t$	1.2926*** (0.4198)	
$TCIC_t$		1.2954*** (0.3777)
Constante	15.8558*** (1.3581)	15.9135*** (1.3437)
Observações (N)	209	209
$R^2$ Ajustado	0.157	0.163
Estatística F	11.64***	11.81***
Vuong Z-statistic	-0.4072	

Notas: Estatisticamente significante a \*=0.10, \*\*=0.05 e \*\*\*=0.01.  $NI_{t+1}$  Lucro Líquido por ação do ano seguinte;  $NI_t$  Lucro Líquido por ação do ano corrente;  $TCI_{t+1}$  Lucro Abrangente Total do ano seguinte por ação;  $TCI_t$  Lucro Abrangente do ano corrente por ação;  $CFO_{t+1}$  fluxo de caixa das atividades operacionais do ano seguinte por ação;  $R_t$  retorno por ação no ano corrente;  $NIC_{t-1}P_{t-1}$  Lucro Líquido por ação ordinária do corrente ano deflacionado pelo preço da ação no início do ano;  $TCIC_{t-1}P_{t-1}$  Lucro Abrangente por ação ordinária do ano corrente, deflacionado pelo preço da ação no início do ano;  $P_{t-1}$  Preço da ação ordinária no início do ano;  $P_t$  Preço da ação no final do ano;  $BV_t$  Valor patrimonial por ação;  $NIC_t$  Lucro Líquido por ação ordinária do ano corrente;  $TCIC_t$  Lucro Abrangente por ação ordinária no ano corrente. Todos os dados, exceto ratios estão em Reais. Erros padrão entre parêntesis e estatística t consistentes com matriz de heteroscedasticidade de White (1980).

Na Tabela 3, são apresentados os resultados dos modelos 9 e 10. Verifica-se que os coeficientes de ambos os modelos são estatisticamente diferentes de zero a 1%, conforme o teste F. O coeficiente de  $NIC_t$  (1.2926) é ligeiramente menor que o de  $TCIC_t$  (1.2954), confirmando os achados do estudo de Kabir e Laswad (2011). Todavia, o teste de Vuong (1989), com sinal negativo para esses modelos, indica que o  $TCIC_t$  é melhor para explicar o valor de mercado da ação que o  $NIC_t$ , confirmando-se a hipótese 5, mas com vantagem para o uso do resultado abrangente.

Nos testes realizados, o TCI se mostrou superior ao NI para predizer os valores futuros dele próprio (persistência), o fluxo de caixa operacional e o lucro líquido futuros, apresentando, ainda, um *value relevance* distinto e superior ao NI. Características dos itens reconhecidos como outros resultados abrangentes, resultando em menor transitoriedade dos seus componentes, diferenças na amostra quando comparada a outros estudos (por exemplo, com a inexistência da reserva de reavaliação para as empresas brasileiras) e a importância atribuída pelo mercado, prevista pelos órgãos normatizados para o lucro *all-inclusive*, podem explicar tais resultados.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da presente pesquisa foi analisar o poder informativo dos dados apresentados na demonstração do resultado (lucro líquido) vis-à-vis à demonstração do resultado abrangente. Foram coletadas informações de 67 companhias pertencentes ao IBOVSPA, para o período de 2009 a 2012. O estudo se baseou nos modelos de Kabir e Laswad (2011), os quais foram aplicados a 86 empresas neozelandesas com dados referentes a 2010. Por meio da análise de regressão múltipla, as características de persistência, variabilidade, capacidade preditiva e a *value relevance* foram comparadas entre o lucro líquido e o resultado abrangente total.

Fundamentou a pesquisa a necessidade de se

avaliar o efeito da introdução relativamente recente da DRA no cenário contábil brasileiro, no que se refere ao seu caráter preditivo, quando comparada com a demonstração de resultados.

Ao avaliar a persistência dos dois resultados, o resultado abrangente total mostrou-se potencialmente mais persistente que o lucro líquido, diferentemente dos resultados encontrados por Kabir e Laswad (2011). Uma das prováveis explicações é que variáveis, como taxas de juros e de câmbio, não tiveram efeito tão decisivo para os itens reconhecidos nos resultados abrangentes nos períodos sob análise e/ou esse efeito foi superado pelo reconhecimento de outros itens (por exemplo, saldo mantido da reserva de reavaliação, ajustes atuariais por revisão de projeções). A distinção da amostra dos dois estudos, quanto aos testes realizados por um ano, diferente do presente em que os testes foram feitos para quatro anos, também pode ter influenciado os resultados. Testada a variabilidade, o resultado abrangente evidenciou ser mais volátil que o lucro líquido, confirmando a teoria que fundamentou a hipótese, sendo a referida hipótese não confirmada no estudo de Kabir e Laswad (2011). Não foram encontradas evidências de que o lucro líquido seja melhor preditor que o lucro abrangente para o fluxo de caixa operacional, tampouco para o lucro líquido do ano seguinte, o que é coerente com o resultado de Kabir e Laswad (2011). Por seu turno, o lucro líquido apresentou um poder explicativo para o retorno das ações melhor do que o resultado abrangente, exceto para o ano de 2012. Os resultados indicam que o lucro abrangente possui *value relevance* distinto do lucro líquido.

Das cinco amostras testadas, duas foram confirmadas (NI é menos variável que TCI e os *value relevance* de TCI e NI diferem) e três não tiveram suporte nos testes realizados, indicando que o TCI é mais persistente, prediz melhor o fluxo de caixa operacional e o NI do ano seguinte, apontando para a capacidade superior do lucro abrangente em relação ao lucro líquido, para a amostra e período analisados. A não transitoriedade do TCI aqui encontrada e a natureza distinta dos itens - e de seus desdobramentos - incluídos na DRA podem

ser possíveis aplicações para os resultados aqui encontrados. Não obstante os estudos apontarem o *value relevance* do lucro líquido, os resultados aqui encontrados reafirmam o que foi verificado na literatura: os resultados envolvendo a qualidade da informação gerada pelo resultado abrangente e a comparação dessa qualidade com a do lucro líquido são mistos e demandam mais estudos.

O estudo contribui com a discussão inicial sobre o esforço adicional das empresas brasileiras em publicar uma nova demonstração contábil a partir de 2010. Essa iniciativa poderá contribuir com órgãos normatizadores na avaliação do poder informativo das demonstrações contábeis. Contudo, discussões mais amplas, bem como a introdução de novas variáveis e um maior detalhamento dos componentes dos resultados abrangentes das empresas, são etapas necessárias para que o poder informativo de uma e de outra demonstração possa ser melhor avaliado.

Uma limitação encontrada para este estudo diz respeito ao reduzido número de empresas, o que diminui a capacidade de generalização dos resultados. O tamanho da amostra também impossibilitou a análise por setor. Considerando que determinados setores, como o financeiro e o agropecuário, poderão evidenciar resultados abrangentes bem distintos, pelo efeito dos ganhos e perdas mensurados ao valor justo, avanços no estudo poderão considerar tais peculiaridades.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, M. T. P.; GRECCO, M. C. P.; FORMIGONI, H.; MENDONÇA NETO, O. R. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 5-19, 2012.
- BARBOSA, M. B.; MACHADO, M. R.; TAVARES, M. F. N. **A influência do resultado abrangente no pagamento de dividendos**. In: VII SEMINÁRIO UFPE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2013, Recife. **Anais...** Recife, 2013.
- BARTH, M. E. Global Financial Reporting: implications for U.S. Academics. **The Accounting Review**. v. 83, n. 5, p. 1159-1179, 2008.
- BARTON, J.; HANSEN, B.; POWNALL, G. Which Performance Measures of Investors Value the Most – and Why? **Social Science Research Network**, 2009. Disponível em: <[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1230562](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1230562)>. Acesso em: 10 fev. 2014.
- BRAGG, S. M. **GAAP. Interpretation and Application of Generally Accepted Accounting Principles**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2011. Disponível em: <<http://www.e-library.esut.edu.ng/uploads/pdf/7230212990-interpretation-and-application-of-generally-accepted-accounting-principles.pdf>>. Acesso em: 09 de set. 2015.
- CAHAN, S. F.; COURTENAY, S. M.; GRONEWOLLER, P. L.; UPTON, D. R. Value relevance of mandated comprehensive income disclosures. **Journal of Business Finance & Accounting**, 27 (9) & (10), 2000.
- CHECON, B. Q.; AGUIAR, A. B. **Resultado Abrangente: Formato de Apresentação, Maturação e os Impactos na Decisão de Investimento**. In: XV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2015.
- COELHO, C. M. P.; NIYAMA, J. K.; RODRIGUES, J. M. Análise da qualidade da informação contábil frente à implementação dos IFRS: uma pesquisa baseada nos periódicos internacionais (1999 a 2010). **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 7-20, 2011.
- COLAUTO, R. D.; MOREIRA, R. L.; ANGOTTI, M.; BISPO, O. N. A. Conservadorismo e a qualidade informacional dos resultados contábeis publicados: um estudo em siderúrgicas brasileiras. **Revista Estudos do ISCA**, n. 2, p. 1- 26, 2010.
- CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Criação e Objetivo**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Pronunciamento Técnico CPC 00**

**(R1): Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.**

Disponível em: <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147\\_CPC00\\_R1.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **Pronunciamento Técnico CPC**

**26 (R1): Apresentação das Demonstrações**

**Contábeis.** Disponível em: <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312\\_CPC\\_26\\_R1\\_rev%2003.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2003.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2013.

**CVM. Comissão de Valores Mobiliários.**

Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 05 set. 2013.

DECHOW, P., GE, W., SCHRAND, C.

Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of Accounting and Economics**. v. 50, n. 1-2, p. 344-401, 2010.

ENRIA, A., CAPIELLO, L., DIERICK, F., GRITTINI, S., HARALAMBOUS, A., MADDALONI, A., MOLITOR, P., PIRES, F.; POLONI, P. Fair value accounting and financial stability, **European Central Bank**, 2004. Occasional Paper Series No. 13. Disponível em: <<https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpops/ecbocp13.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

ERNST&YOUNGTERCO E FIPECAFI. **IFRS: 1º. Ano** - Análises sobre a Adoção Inicial do IFRS no Brasil. Disponível em: <[http://mrm.comunique-se.com.br/arq/121/arq\\_121\\_219638.pdf](http://mrm.comunique-se.com.br/arq/121/arq_121_219638.pdf)>. Acesso em: 18 set. 2015.

GAZZOLA, P.; AMELIO, S. Is total comprehensive income or net income better for the evaluation of companies' financial performance? **Ekonomická revue - Central European Review of Economic Issues**, v. 17, p. 39-51, 2014.

GONCHAROV, I.; HODGSON, A. (2008) **The comprehensive income issue in Europe.**

Disponível em: <[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1313134](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1313134)>. Acesso em: 20 jan. 2014.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. V. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas. 1999.

HIRST, D. E.; HOPKINS, P. E. Comprehensive Income Disclosures and Analysts' Valuation Judgments, v. 36, Supplement, p. 47-75, 1998.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JAWEHER, B.; MOUNIRA, B. A. Quality of Net Income vs. Total Comprehensive Income in the Context of IAS/IFRS Regulation. **International Journal of Finance & Accounting Studies**, v. 1, n. 2, p. 17-34, 2013.

JONES, D. A.; SMITH, K. J. Comparing the value relevance, predictive value, and persistence of Other Comprehensive Income and Special Items. **The Accounting Review**, v. 86, n. 6, p. 2047-2073, 2011.

KABIR, M. H.; LASWAD, F. Properties of net income and total comprehensive income: New Zealand evidence. **Accounting Research Journal**, v. 24, n.3, p. 268-289, 2011.

KANAGARETNAM, K.; MATHIEU, R.; SHEHATA, M. Usefulness of comprehensive income reporting in Canada. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 28, p. 349-365, 2009.

KARGIN, S. The impact of IFRS on the value relevance of accounting information: evidence from Turkish Firms. **International Journal of Economics and Finance**, v. 5, n. 4, p.71-80, 2013.

KIM, O. Russian accounting system: value relevance of reported information and the IFRS adoption perspective. **The International Journal of Accounting**, v. 48, n. 4, p.525-547, 2013.

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. **Contabilidade Internacional para graduação: texto, estudos de casos e questões de múltipla escolha.** São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_; SILVA, M. A experiência de empresas brasileiras na adoção das IFRS. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 3, p. 37-58, 2007.

LIN, S. W.; RAMOND, O. J.; CASTA, J. F. Value Relevance of Comprehensive Income and Its Components: Evidence from Major European Capital Markets. **Series Economics Papers from University Paris Dauphine**, 2007. Disponível em: <[http://www.cereg.dauphine.fr/cahiers\\_rech/drmfinance0209.pdf](http://www.cereg.dauphine.fr/cahiers_rech/drmfinance0209.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2014.

MACEDO, M. A. S.; ARAÚJO, M. B. V.; BRAGA, J. P. Impacto do Processo de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade na Relevância das Informações Contábeis. **Repec – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 6, n. 4, p. 367-382, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZZIONI, S.; ORO, I. M.; SCARPIN, J. E. Lucro versus resultado abrangente como medida preditiva do desempenho das empresas do setor elétrico brasileiro. **ReCont – Revista Registro Contábil**, v. 4, n. 3, p. 89-104, 2013.

MELO, J. R. A; Demonstrações financeiras: uma análise sobre a Demonstração do Resultado Abrangente. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 1, n. 11, p. 1-13, 2012.

MOURA, G. D.; FRANZ, L.; CUNHA, P. R. Qualidade da informação contábil em empresas familiares: influência dos níveis diferenciados de governança da BM&FBovespa, tamanho e independência do conselho de administração. In: XVI Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2013.

NEVES, T. J. G.; LAGIOIA, U. C. T.; LIBONATI, J. J.; NASCIMENTO, S. G. O. A. S.; MARINHO, R. F.; LEMOS, L. V. Utilidade dos Relatórios Contábeis após a Implantação das IFRS: Um Estudo sobre a Visão dos Investidores. In: 36º Encontro da ANPAD, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012.

NOBES, C. The continued survival of international differences under IFRS. **Accounting and Business Research**, v. 43, n. 2, p. 83–111, 2013.

PINHEIRO, L. E. T.; MACEDO, R. P.; VILAMAIOR, A. G. Lucro líquido versus lucro abrangente: uma análise empírica da volatilidade. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 4, p. 06-18, 2012.

PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C. A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 36, p. 7-20, 2004.

ROBINSON, L. E. The time has come to report comprehensive income. **Accounting Horizons** v. 5, n. 2, p. 107-112, 1991.

SAEEDI, A. Examining the Superiority of Comprehensive Income to Net Income as a Measure of Firms Performance. **European Journal of Scientific Research**, v. 19, p. 469-481, 2008.

SCHIPPER, K. Principles-based accounting standards. **Accounting Horizons**, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2003.

VUONG. Q.H. Likelihood ratio testes for model selection and nos-nested hypotheses, **Econometrica**, v. 57, p. 307-333, 1989.

ZÜLCH, H.; PRONOBIS, P. The Predictive Power of Comprehensive Income and Its Individual Components under IFRS. **HHL Working Paper**, n. 95, p. 1-35, 2010. Disponível em: <<http://www.hhl.de/fileadmin/texte/publikationen/arbeitspapiere/hhlap0095.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

#### Endereço dos Autores:

Av. João Naves de Ávila, 2121  
Campus Santa Mônica.  
Uberlândia – MG  
CEP 38408-100